

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO CONTRATUAL DAS OBRAS PÚBLICAS.....	31
1.1. Influência dos Direitos Fundamentais e Políticas Públicas	31
1.2. Definição de Contrato Administrativo.....	32
1.3. Diferenças entre Contratos Públicos e Privados	35
1.4. Distinções entre Contratos Públicos e Convênios.....	37
1.4.1. Regime Simplificado de Convênios.....	39
1.5. Competência Legislativa em Licitações e Contratos	40
1.6. Questões Contratuais de Direito Intertemporal	41

Capítulo 2

ESTRUTURA E ELEMENTOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	45
2.1. Formalidades dos Contratos Administrativos.....	45
2.2. Publicidade dos Contratos Administrativos.....	47
2.2.1. Publicidades nas Contratações Diretas.....	48
2.3. Cláusulas Obrigatórias dos Contratos Administrativos	48
2.4. Sujeito Ativo e Agentes Competentes para celebrar Contratos Administrati- vos	61
2.5. Contratado e o Contrato Personalíssimo: “Intuitu Personae”	63
2.5.1. Subcontratação	64
2.5.2. Sub-rogação Contratual (Cessão Contratual)	69
2.5.3. Transferência do Controle Societário nas Concessões de Serviços Públicos.....	71
2.6. Contratação de Consórcios.....	75
2.6.1. Consórcios no Pregão	79
2.6.2. Alterações nos Consórcios	80

2.7.	Garantia Contratual	87
2.7.1.	Liberação Parcial da Garantia	89
2.7.2.	Seguro-Garantia (<i>Performance Bond</i>)	90
2.7.3.	Garantia da Proposta	92
2.8.	Vigência dos Contratos Administrativos	93
2.8.1.	Prazo de Vigência e Prazo de Execução	94
2.8.2.	Contratos de Escopo	96

Capítulo 3

OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E OS REGIMES DE EMPREITADA.....	103
3.1. Obra Pública.....	103
3.1.1. Obra Comum e Especial de Engenharia.....	106
3.1.2. Obras de Grande Vulto e de Alta Complexidade Técnica	108
3.1.2.1. Programa de integridade	108
3.2. Serviço de Engenharia	113
3.2.1. Pavimentação de Vias Públicas	116
3.3. Regimes de Empreitada.....	119
3.3.1. Empreitada por preço unitário (EPU).....	122
3.3.1.1. Pequenas Alterações de Quantitativos na Planilha Orçamentária das Empreitadas por Preço Unitário: As Conclusões do Acórdão nº 1.643/2024.....	127
3.3.2. Empreitada por Preço Global (EPG)	129
3.3.3. Empreitada Integral.....	135
3.3.4. Contratação por Tarefa	137
3.3.5. Contratação Integrada.....	137
3.3.6. Contratação Semi-integrada	140
3.3.7. Fornecimento e Prestação de Serviço Associado.....	141

Capítulo 4

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	143
4.1. Planejamento e o Plano de Contratações Anual.....	143
4.1.1. Análise de Riscos.....	147
4.1.1.1. Matriz de Riscos	150
4.2. Documento de Formalização de Demanda (DFD)	155
4.3. Estudo Técnico Preliminar (ETP).....	157
4.3.1. Obrigatoriedade do Estudo Técnico-Preliminar	165

4.3.2.	Parcelamento x Aglutinação do Objeto	167
4.3.2.1.	Limitação da Participação dos Licitantes nos Lotes.....	174
4.4.	Anteprojeto	177
4.5.	Projeto Básico	178
4.5.1.	Levantamentos Topográficos e Cadastrais, Sondagens e Ensaios Geotécnicos.....	183
4.6.	Termo de Referência	186
4.6.1.	Projeto Básico e/ou Termo de Referência?	187
4.7.	Projeto Executivo	191
4.7.1.	Dispensa de Projeto Executivo.....	192
4.8.	Instrumentos de Planejamentos e os Regimes de Empreitada.....	197
4.9.	Contratação de Projetos pela Administração Pública.....	199
4.10.	Requisitos Específicos das Obras Públicas	203
4.10.1.	ARTs de Projetos e Execução da Obra.....	203
4.10.2.	Cadastro Nacional de Obras (CNO) (IN RFB nº 2.061/21)	207
4.10.3.	Alvará de Construção ou Reforma	208
4.10.4.	Autorização do Órgão Responsável pelo Patrimônio Histórico	209
4.10.5.	Licença Ambiental.....	212
4.10.6.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida	218
4.10.7.	Consulta Pública.....	219
4.10.8.	Disponibilidade do Imóvel em Condição Regular	220
4.10.9.	<i>Building Information Modelling</i> – BIM	223
4.10.10.	Desapropriação.....	226
4.10.11.	Intervenções Restritivas em Alternativa à Desapropriação.....	232
4.10.12.	Obras Públicas no Espaço Aéreo e Subsolo	234
4.10.13.	Dotação Orçamentária.....	237
4.10.14.	Cronograma Físico-financeiro	241
4.10.14.1.	Atraso nas Obras Públicas	242
4.10.14.2.	Antecipação do Cronograma	244
4.10.14.3.	Jogo de Cronograma.....	245
4.10.15.	Orçamentação de Obras Públicas	246
4.10.15.1.	Orçamento na Contratação Integrada e Semi-integrada.....	266
4.10.15.2.	Orçamento na Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16).....	269
4.10.15.3.	Orçamento Sigiloso	271
4.10.15.4.	Jogo de planilha	273

4.10.15.5. Curva ABC	279
4.10.15.6. Remuneração por Resultados ou Horas Trabalhadas.....	280
4.10.15.7. Bônus e despesas indiretas (BDI)	281
4.10.15.7.1. Conceitos	281
4.10.15.7.2. BDI Paradigma	286
4.10.15.7.3. BDI diferenciado	292
4.10.15.7.4. Composição do BDI.....	298
4.10.15.7.4.1. Administração Central ou “Overhead”	298
4.10.15.7.4.2. Administração Local.....	300
4.10.15.7.4.3. Canteiro de Obras e Mobilização e Desmobi- lização.....	306
4.10.15.7.4.4. Tributação.....	307
4.10.15.7.4.4.1. Impactos da Reforma Tributária (EC nº 132/23).....	315
4.10.15.7.4.5. Taxa de risco, Seguro e Garantia do Em- preendimento.....	316
4.10.15.7.4.6. Taxa de Lucro.....	317
4.10.15.7.4.7. Despesas Financeiras.....	318
4.10.15.8. Encargos Sociais (ES)	319

Capítulo 5

LICITAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS	323
5.1. Modalidades de Licitação.....	323
5.2. Pregão e Concorrência	325
5.2.1. Origem e Histórico do Pregão	327
5.2.2. Hipóteses de Cabimento.....	328
5.2.3. Bens e Serviços Comuns.....	331
5.2.4. Pregão no Direito Comparado	338
5.3. Diálogo Competitivo	341
5.4. Fases do Processo de Licitação	343
5.5. Prazo de Intervalo Mínimo	344
5.6. Divulgação do Edital de Licitação	345
5.7. Modos de Disputa	346
5.8. Empate de Propostas	347
5.9. Julgamento das Propostas	349
5.9.1. Inexequibilidade da Proposta de Obra e Serviço de Engenharia.....	349
5.9.2. Irregularidades no Preenchimento da Planilha	356

5.10. Critérios de Julgamento.....	361
5.10.1. Menor Preço	363
5.10.2. Maior Desconto	363
5.10.3. Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico	372
5.10.4. Técnica e Preço.....	372
5.10.5. Maior Retorno Econômico	377
5.11. Procedimentos Auxiliares das Licitações e das Contratações.....	378
5.11.1. Credenciamento	378
5.11.2. Pré-qualificação.....	380
5.11.3. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	381
5.11.4. Sistema de Registro de Preços (SRP)	382
5.11.4.1. Adesão à Ata de Registro de Preços	390
5.11.5. Registro Cadastral.....	394
5.12. Habilitação na Licitação.....	395
5.12.1. Habilitação Jurídica	398
5.12.2. Habilitação Técnica	398
5.12.2.1. Capacidade Técnico-Operacional e Técnico-Profissional.....	400
5.12.2.2. Certidão de Acervo Operacional (CAO): Resolução CONFEA nº 1.137/2023	406
5.12.2.3. Certidão de Acervo Técnico-Profissional (CAT): Resolução CONFEA nº 1.137/2023	407
5.12.2.4. Conteúdo dos Atestados	408
5.12.2.5. Parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo	412
5.12.2.6. Quantidades Mínimas dos Atestados.....	414
5.12.2.7. Atestados por Consórcios.....	416
5.12.2.8. Exigência de Número Mínimo de Atestados.....	416
5.12.2.9. Somatório de Atestados	417
5.12.2.10. Tempo Mínimo de Experiência dos Profissionais.....	420
5.12.2.11. Inscrição na Entidade Profissional Competente.....	420
5.12.2.12. Habilitação Cumulativa para Diversos Lotes	422
5.12.2.13. Visita Técnica.....	423
5.12.2.14. Certificação de Qualidade	425
5.12.2.15. Exigências que Oneram o Licitante em Custos	428
5.12.2.16. Exigência de Licenças	428
5.12.2.17. Exigência de Novas Tecnologias ou Materiais.....	430

5.12.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	431
5.12.4. Habilitação Econômico-Financeira	432
5.12.5. Agentes de Contratação	434

Capítulo 6

MUTABILIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 439

6.1. Fundamentos da Mutabilidade dos Contratos Administrativos	439
6.2. Aditivos Contratuais: Conceito e Formalidade.....	443
6.2.1. Apostilamento.....	447
6.3. Tipos de Aditivos Contratuais e suas Aplicações.....	448
6.4. Limitações e Restrições à Utilização de Aditivos.....	450
6.4.1. Impossibilidade de Transfiguração do Objeto da Contratação	450
6.4.2. Limites Quantitativos dos Acréscimos e Supressões	455
6.4.2.1. Base de Cálculo para Incidência dos Limites	458
6.4.2.2. Superação dos Limites Legais.....	461
6.4.2.3. Restabelecimento de Item Suprimido ("Banda de Variação")	469
6.4.2.4. Limites das Alterações Consensuais.....	472
6.4.2.5. Acréscimos em Reforma de Edifício ou Equipamento.....	476
6.4.2.6. Limites das Alterações nos Contratos de Concessão de Serviços Públicos	477
6.4.3. Inclusão de Novos Itens	479
6.4.4. Manutenção do Percentual de Desconto.....	483
6.4.5. Aditivos na Contratação Integrada e Semi-integrada.....	486

Capítulo 7

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO..... 489

7.1. Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos.....	489
7.2. Instrumentos para Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro	490
7.2.1. Correção Monetária.....	490
7.2.2. Reajustamento de Preços	492
7.2.2.1. Cálculo do Reajuste	497
7.2.2.2. Termo Inicial.....	500
7.2.2.3. Preclusão Lógica do Reajuste.....	502
7.2.2.4. Necessidade de Previsão Contratual Expressa.....	505
7.2.3. Repactuação de Preços	506

7.3.	Revisão de Preços	508
7.3.1.	Faixas de Preços Aceitáveis de Insumos (bandas aceitáveis de variação de custo de insumos)	521

Capítulo 8

EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO	523
8.1. Execução de Contratos Administrativos	523
8.2. Fiscalização de Contratos Administrativos	525
8.2.1. Contratação de Terceiros na Fiscalização	536
8.2.1.1. Gerenciamento de Obras Públicas.....	540
8.3. Gestão Contratual	544
8.4. Liquidação, Medição e Pagamento	548
8.4.1. Remuneração Variável.....	552
8.4.2. Sobrepreço e Superfaturamento.....	554
8.4.3. Ordem Cronológica dos Pagamentos.....	557
8.4.4. Pagamento Antecipado.....	558
8.4.5. Pagamento das Empresas Consorciadas.....	560
8.4.6. Pagamento Direto à Subcontratada.....	561
8.4.7. Pagamento para Matriz e Filial com CNPJs Distintos.....	563
8.4.8. Pagamento por Química Contratual	569
8.4.9. Cessão de Créditos Contratuais	571
8.5. Recebimento do Executado	575
8.5.1. Inauguração de Obras Públicas: Aspectos do Direito Eleitoral.....	581
8.6. Garantia das Obras Públicas.....	582

Capítulo 9

PENALIDADES E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	593
9.1. Direito Administrativo Sancionador.....	593
9.2. Tipos de Sanções e Penalidades.....	600
9.3. Competência para Aplicação das Sanções.....	603
9.4. Processo Sancionador	604
9.5. Perda do Direito de Punir.....	605
9.6. Extensão dos Efeitos das Sanções	607
9.6.1. Sanções na Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16).....	609
9.7. Cumulatividade da Pena de Multa	611

9.8. Aplicação de Sanções após Extinção Contratual	612
9.9. Desconsideração da Personalidade Jurídica	613
9.10. Eficácia das Sanções Contratuais.....	616
9.11. Reabilitação do Licitante ou Contratado	617
9.12. Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos.....	618

Capítulo 10

CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO E CONTRATAÇÕES EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.....	627
10.1. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	627
10.1.1. Preço nas Contratações Diretas	632
10.2. Hipóteses de Dispensa de Licitação	635
10.2.1. Contratação em Razão do Valor	635
10.2.2. Contratação Emergencial	637
10.2.2.1. Emergência Fabricada	643
10.2.2.2. Prazo e Prorrogação de Contratos Emergenciais.....	644
10.2.3. Contratação de Remanescente de Obra Pública	651
10.3. Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação	654
10.3.1. Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização	654
10.4. Contratações em Estado de Calamidade Pública.....	659
10.4.1. Conceitos. Requisitos Legais	659
10.4.2. Fase Preparatória.....	661
10.4.3. Contratação.....	664

Capítulo 11

EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	667
11.1. Formas de Extinção dos Contratos Administrativos	667
11.2. Hipóteses de Extinção Contratual.....	673
11.2.1. Consensual.....	673
11.2.2. Extinção Unilateral.....	675
11.2.2.1. Rescisão por Inadimplemento Contratual	678
11.2.2.2. Caso fortuito ou Força maior	680
11.2.2.3. Razões de Interesse Público.....	681
11.2.2.4. Outras Hipóteses	682
11.2.3. Rescisão Arbitral ou Judicial.....	683

11.2.3.1. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	685
11.2.3.2. Suspensões ocorridas por ordem da Administração.....	687
11.2.3.3. Outras Hipóteses	689
11.3. Contratos Administrativos Fundados em Decisões Judiciais Precárias.....	689

Capítulo 12

NULIDADES E VÍCIOS CONTRATUAIS 693

12.1. Nulidade dos Contratos.....	693
12.2. Execução de Contratos Nulos.....	697
12.3. Dever de Indenização.....	705
12.4. Cartelização dos Contratos Administrativos.....	717

Capítulo 13

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DO PARECERISTA..... 723

13.1. Responsabilidade pela Má Execução do Contrato	723
13.2. Responsabilidade pelo Simples Fato da Obra	724
13.3. Responsabilidade pelos Encargos Trabalhistas e Previdenciários.....	725
13.3.1. Ente Público como Dono da Obra.....	730
13.4. Parecer Jurídico nas Licitações e a Responsabilidade do Parecerista.....	732
13.4.1. Parecer Jurídico nas Licitações.....	732
13.4.2. Responsabilidade do Parecerista.....	746

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 763